



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CEU Meninos – Ipiranga
DATA: 15/04/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Boa noite a todos. Na qualidade de presidente, em exercício, desta audiência pública, da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 5ª audiência pública da proposta do substitutivo do PL 688/13, que aprova o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

Esta audiência pública está sendo publicada no *Diário Oficial* desde o dia 7 de abril; publicada no *Jornal Folha de São Paulo*, dia 8 e 10 de abril e no *Estado de São Paulo*, nos dias 12 e 14 de abril. Informo, também, que a reunião está sendo transmitida através do Portal da Câmara Municipal de São Paulo, www.camara.sp.gov.br, link auditórios.

O objetivo da audiência pública de hoje é ouvi-los. Tivemos muitas oportunidades de ouvir a comunidade, sobre o PL 688/13. Realizamos 45 audiências públicas na primeira etapa. E com base nessas audiências públicas, na análise do projeto de lei e também recebendo contribuições de vereadores e do próprio Executivo, elaboramos o substitutivo que todos os senhores devem ter recebido. De qualquer maneira o substitutivo está disponível no Portal da Câmara e quem quiser receber o texto que está publicado pela Câmara Municipal de São Paulo. Temos uma publicação do substitutivo e quem quiser ter acesso pode solicitar, estaremos encaminhando. Esse substitutivo já foi objeto em um debate no dia 5 e 6 no Anhembi, momento em que foi possível debater longamente o projeto, dois dias com grupo de trabalho. Fizemos uma plenária final e vem sendo debatido todas as manhãs, na Câmara Municipal de São Paulo, durante essa semana, nos assuntos temáticos. Hoje é o Meio Ambiente, amanhã teremos audiências públicas de habitação e na quinta-feira, de mobilidade. Além das audiências públicas de hoje, estaremos fazendo amanhã na região Centro Oeste e na quinta-feira, regional Leste.

O Plano Diretor estabelece a estrutura da Cidade que queremos ter no futuro e essas estrutura da cidade está baseada, fundamentalmente, em alguns elementos estruturadores. Um elemento estruturador importante que são as macroáreas. A cidade é

dividida em oito macroáreas. Cada uma dessas oito macroáreas tem objetivos específicos, que estão diretamente ligados aquilo que deve orientar o desenvolvimento urbano no futuro da cidade. E também trás outros elementos estruturadores, principalmente os eixos de transporte coletivo de massa, que são formados pelos corredores de ônibus implantados, que são planejados, estações de Metrô e estações de trem. A ideia básica do Plano Diretor, não vou passar apresentação inteira, mas depois podemos esclarecer algumas dúvidas ao longo da nossa audiência pública, mas esses elementos estruturadores, os eixos de transportes coletivo, são as áreas destinadas a absorver o crescimento da cidade. Ou seja, a cidade deve crescer estruturada pelo sistema do transporte coletivo. Criando-se, portanto, uma relação entre maior adensamento e uma estrutura, um suporte, para que esse adensamento se dê baseado no transporte coletivo.

Em contrapartida, se estabelece que nas áreas mais distantes desses eixos estruturadores, fundamentalmente, chamamos de miolo, vamos ter então uma densidade mais baixa. Encontro coeficiente de aproveitamento ao longo do sistema transporte coletivo alcança coeficiente quatro nas áreas mais distantes dele, aproximadamente, 300 metros das linhas de transporte coletivo e 600 metros do entorno das estações de metrô e de trem vamos ter coeficiente dois com limites de gabarito. No máximo coeficiente dois. Podemos ter coeficiente um no caso das zonas exclusivamente residenciais, ou das zonas mistas e onde, por coeficiente dois, com limite de gabarito, mais oito, de modo a garantir regiões com menos fiscalização onde possam, portanto, ter uma ocupação mais horizontal e densidades mais baixas. Ao mesmo tempo, uma densidade mais alta dos corredores de transportes coletivo e eventualmente nas áreas que são identificadas como a macrozona de estruturação metropolitana, que são as regiões ao longo das estradas de ferro, principais rios da cidade, que são regiões que deveram ser objeto de plano urbanístico específicos, como por exemplo: Mooca, Vila Carioca, que pega toda essa região que vem do Brás até o Ipiranga, o arco Tietê que pega o entorno do Rio Tietê no segmento central do Rio Tietê; Leopoldina/Jaguaré e

Jurubatuba. Essas quatro grandes área, são áreas onde devem ser criado, portanto, plano urbanístico específicos com regulamentação própria é nele, que será absorvido o processo de crescimento urbano da cidade.

Por outro lado, por um lado a cidade deve crescer nessas regiões, o Plano Diretor está criando limitação para o crescimento horizontal da cidade. A cidade cresceu muito horizontalmente. Já alcançou seus limites do ponto de vista das áreas de proteção ambiental e portanto, deve haver uma contenção do crescimento horizontal da cidade. Para isso estão sendo definidas, por exemplo, na zona Sul, zona talvez a mais importante. Ainda existiria, portanto, uma área de crescimento horizontal para cidade, está sendo criada uma macroárea que é uma macroárea de contenção urbana e desenvolvimento sustentável. Então, é uma região que deve absorver atividades não urbanas, que não signifiquem um impacto ambiental e que possam gerar economia sustentável. Dessa maneira, se conteria o crescimento horizontal da Cidade.

Agora, aquelas regiões que já estão ocupadas, embora façam parte da macrozona de proteção ambiental, que já estão urbanizadas, que têm loteamentos, nessas regiões temos a macrozona de redução da vulnerabilidade e recuperação ambiental. Então, é uma região em que se busca reduzir a vulnerabilidade, garantindo regularização dos loteamentos, regularizações dos assentamentos precários, de uma maneira geral, implantação de infraestrutura, implantação de equipamentos sociais, garantindo, dessa maneira, que nessa região, já ocupada, possa se melhorar a qualidade de vida, ao mesmo tempo em que se estabelecem os cuidados ambientais necessários.

Finalmente, existe também na zona Sul, na área de proteção ambiental, uma macrozona de qualificação urbana e ambiental, onde se admitem parcelamentos urbanos, mas com controle ambiental. É nessa região que estão situadas, por exemplo, a ZEIS 4, que é uma região onde se permite a produção de habitação de interesse social, mas desde que haja cuidados ambientais e que compatibilize, portanto, uma ocupação urbana com a qualidade

ambiental necessária.

É importante, também, frisar que, do ponto de vista ambiental, temos uma série de novidades importantes no substitutivo, como a regulamentação do instrumento, do pagamento de serviços ambientais. Então, áreas provedoras de serviço ambiental, na macrozona de proteção ambiental, poderão ser remuneradas por prestarem serviços como de proteção, conservação da qualidade hídrica; como preservação e conservação da biodiversidade; como a própria conversão da agricultura familiar para a agricultura orgânica, uma vez que isso significa um avanço importante do ponto de vista da proteção do meio ambiente da macrozona de proteção ambiental.

Outros instrumentos importantes, que dizem respeito à questão ambiental, são a transformação e manutenção das Zepams. As Zepams, no projeto original do Executivo, tinham desaparecido e seriam transformadas em zonas em recuperação ambiental e nós consideramos, depois de ouvir vários segmentos da sociedade, a necessidade de manter as Zepams – Zona Especial de Proteção Ambiental.

Então, não vou me estender nos vários instrumentos ambientais, mas eles são importantes. Hoje, pela manhã, tivemos uma boa audiência pública, que debateu e aprofundou a discussão sobre os instrumentos ambientais.

Quero aqui fazer referência também às questões relativas às ZEIS. O Plano Diretor introduziu, no substitutivo, uma modificação importante, porque separou claramente as ZEIS que prioritariamente serão utilizadas para habitação de interesse social faixa 1. Faixa 1 é até 3 salários mínimos. Então, a maior parte das ZEIS é destinada prioritariamente para a faixa 1, a ZEIS 2, ZEIS 3 e ZEIS 4, e foi criada, então, uma outra categoria de ZEIS, que é a ZEIS 5. As ZEIS 5 são a prioridade para a habitação do mercado popular.

Desde o projeto original e o próprio PL 688, buscado compatibilizar o mesmo tipo de ZEIS às várias possibilidades. Quando falamos de mercado popular, estamos falando de renda acima de seis salários mínimos. Quando estamos falando de interesse social, estamos

falando abaixo de seis salários mínimos. Quando estamos falando de faixa 1, estamos falando abaixo de 3 salários mínimos. Portanto, priorizar os três salários mínimos é importante, mas também é importante garantir Zonas Especiais de Interesse Social para a faixa 3, que é habitação de mercado popular, porque ela também tem uma necessidade de moradia.

Então, essa é uma das importantes inovações que o substitutivo trouxe, no que diz respeito à questão social.

Além dessa, foi também regulamentada a cota de solidariedade, que é a obrigação que empreendimentos com mais de 20 mil metros de área construída têm de produzir, no mínimo, 10% de habitação de interesse social, que pode ser feita no próprio empreendimento ou pode ser feita em outro empreendimento da mesma macroárea, de modo a significar um atendimento à condição mínima de habitação de interesse social em qualquer empreendimento voltado para outras faixas ou empreendimentos não residenciais.

Temos várias outras inovações no projeto. Não vou me estender aqui. Quero reforçar algumas questões que já estavam no projeto original, como, por exemplo, a manutenção das ZERs, elas são mantidas e protegidas pelo projeto. Há todo um capítulo voltado para a questão do patrimônio cultural, aí, também, se criou uma novidade, que foi uma Zona de Proteção Cultural voltada para áreas que não são bens tombados, mas que são áreas de interesse cultural, como teatros, como cinemas. Isso também significa um avanço importante, que atende a reivindicação de grande parte da área de cultura dentro do Município.

Buscamos, no substitutivo, equilibrar as várias dimensões. Falei muito da dimensão ambiental, da dimensão social, da dimensão cultural e elas devem estar equilibradas também com as dimensões imobiliária e econômica. Então, é importante dizer que quando falamos que é possível se ter um coeficiente 4 e vamos planejar aonde isso possa acontecer, é porque estamos entendendo que existe uma produção imobiliária na Cidade, e essa produção imobiliária na Cidade cumpre um papel, que é o papel de produzir espaços habitáveis para o trabalho, para a habitação.

Agora, esse desenvolvimento imobiliário deve se fazer levando em conta o planejamento da Cidade. Portanto, equilibrando com as demais dimensões. Assim como temos a dimensão econômica. A geração de emprego é fundamental na Cidade. Então, o Plano Diretor trabalha claramente e produz um capítulo específico, que não existia no plano original, voltado ao desenvolvimento econômico.

Falamos, aqui, da zona rural. Não é só a criação da zona rural. É a criação de um polo de desenvolvimento rural, onde ali também se apoie o desenvolvimento das atividades e se estimule as diretrizes, para que possamos preservar as áreas industriais já presentes na Cidade. Busca-se criar três novos polos de desenvolvimento econômico na Cidade: na zona Leste, na zona Noroeste e na zona Sul, para estimular regiões que hoje concentram muita habitação e com muito pouco emprego.

Portanto, a política de desenvolvimento econômico busca gerar emprego, mas fundamentalmente garantindo emprego nas áreas onde não existe emprego, onde existe muito morador. Isso tem um impacto fundamental na questão da mobilidade, porque hoje temos uma necessidade muito grande da população da zona sul, da zona Leste e da zona Norte de se dirigir ao Centro expandido. O Centro expandido reúne quase 70% do emprego da Cidade, e só abriga 20% da população.

Portanto, desenvolver as atividades econômicas nas várias regiões da Cidade é fundamental, e isso terá um impacto importante do ponto de vista da redução da necessidade de deslocamento.

Se estamos falando aqui em priorizar o transporte coletivo, muito melhor do que usar o transporte coletivo é poder ir a pé para o trabalho, poder usar a bicicleta. E quando for usar o transporte coletivo, utilizá-lo por distâncias menores.

Quanto maior a distância de uma viagem, maior o custo para o morador e para a Prefeitura porque a Prefeitura quando subsidia o transporte, ela está subsidiando exatamente um custo desequilibrado do ponto de vista da abordagem de tempo que as utilizam o transporte

coletivo. Então, desse ponto de vista é extremamente importante essa diretriz assim como as diretrizes relacionadas com o uso misto dos imóveis – possibilidade de ter o comércio no térreo e a habitação em cima. Isso também vai reduzir a necessidade de viagens para todos poderem fazer as compras próximos de onde moram e poderem se deslocar por distâncias curtas.

O Plano busca uma cidade sustentável dentro do período temporal dele, que são 16 anos. Agora 15 porque já tiramos um ano. Então, 2029 é o horizonte. Daqui a 15 anos precisamos ter uma cidade melhor e para isso precisamos planejar e organizar a Cidade. É isso o que o Plano Diretor busca fazer.

O substitutivo propõe uma mudança no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano aumentando a participação da sociedade que tem uma representação maior do que a representação do Executivo. Na proposta original temos uma participação paritária. Nós entendemos que era importante ter uma maior participação da sociedade porque é bom. A sociedade é diversa e temos lá desde representantes do movimento de moradia até os empresários do setor imobiliário.

Se todos os segmentos da sociedade tiverem contra o Governo é porque algum problema tem. É por isso que a gente considera ser importante maior participação da sociedade em relação ao poder público e isso garante uma última peça importante que é a atenção da participação e do controle social para se promover uma Cidade melhor.

Estou vendo várias faixas sobre o aeroporto de Parelheiros. Então vou falar um minuto sobre isso porque é uma questão polêmica. O Plano Diretor propõe não discutir esse assunto no próprio Plano Diretor, mas estabelecer um espaço próprio para essa discussão que é a elaboração de um plano aeroviário para o Município de São Paulo onde se possa discutir todos os aspectos relacionados com esse tema.

Portanto, há uma intenção de se prever já para o Plano Diretor a implantação de um aeroporto em Parelheiros. Nós não estamos, no substitutivo, acolhendo essa possibilidade, mas estamos remetendo isso para uma discussão específica, que não se relaciona apenas

com a discussão de um aeroporto em Parelheiros, mas também a discussão do Campo de Marte.

O aeródromo não é um empreendimento imobiliário qualquer como um shopping Center ou um prédio de apartamentos ou um prédio comercial. Ele é um equipamento quase único dentro da Cidade. Portanto, ele precisa ser pensado em todas as suas variáveis. Não é uma regra geral que define onde pode ou não fazer um aeroporto. Um aeroporto deve considerar amplo conjunto de variáveis, um estudo mais intenso onde se estuda as várias possibilidades.

Dessa forma, estamos remetendo essa proposta. Há também outras propostas tramitando na Câmara, mas a nossa proposta é que a gente estabeleça um espaço dando um prazo para que seja feito. Nessa discussão haverá a participação dos três níveis de governo, com participação dos vários segmentos interessados para que se possa, então, chegar à melhor solução para a cidade de São Paulo sobre esse tema. É um assunto que não pode ser tratado meramente como um empreendimento privado, mas como um equipamento de interesse público essencial e fundamental.

Quero chamar para compor a Mesa o Sr. Adailton de Oliveira, Subprefeito de Parelheiros; Sergio Roberto dos Santos, do Campo Limpo. Anuncio a presença e convido para a Mesa os Srs. Alcides Gaspareto Júnior, que é Subprefeito do Ipiranga, e Baccarin, Procurador Geral da Câmara Municipal de São Paulo. Anuncio a presença do Sr. Fábio Batista, assessor do Vereador Andrea Matarazzo, que é o presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. O Vereador Andrea não pode estar presente aqui hoje, mas tem estado presente em várias audiências públicas e conduzido com maestria esse trabalho.

Chamo o primeiro inscrito.

O SR. ARNALDO RODRIGUES - Estou representando o grupo de moradores da organização da Saúde. Propomos que a Prefeitura inclua no Plano Diretor a instalação de videomonitoramento em todas as ZERs de São Paulo por conta da questão de segurança, que

é o caso da gente. Incluído no artigo 26, do PL, no texto inicial do artigo, o equipamento instalado é de segurança e, no Item 3, do § 2º, padronização das calçadas com vista a facilitar a mobilização dos munícipes com necessidades especiais e carrinhos de bebê.

Então para a Prefeitura fazer essas calçadas, com ônus para o proprietário. Mas elas têm de ser uniformes para que as pessoas possam andar. Se não, cada um faz a sua e não dá certo isso aí. A Prefeitura tem de ter essa responsabilidade e isso tem de estar no Plano Diretor.

Aqui é a mesma coisa.

Inclusão no Inciso XV do Artigo 7 do projeto: fortalecer a sociabilização entre os munícipes.

Em todo o projeto não se fala em sociabilização, entre nós nos falarmos e entre os vizinhos se falaram. Acho que isso é importante ser incluído no Plano Diretor.

Que se tire, no AIU-5, Ipiranga-Heliópolis, a rua José Marques, ela está como área de intervenção urbana e os moradores de lá estão preocupados com o destino deles, sendo que no Artigo 5º, § 2º, trata como a desapropriação por pagamento de título da dívida pública. Estamos também encaminhando que se modernize isso, pois isso é do Brasil arcaico, onde o cidadão recebe títulos da dívida pública para a Prefeitura uma obra. Isso se vai discutir 20 anos, um precatório.

No mundo todo, o povo vai lá e paga e resolve a situação, daí o morador vai para outro lugar.

Está escrito isso no projeto: para pagar com dívida pública. Então tem que se mudar isso.

Se a gente quer uma cidade melhor, o cidadão tem que ter direito melhor.

Em relação a ZER. Estamos encaminhando, aqui, uma proposta de reclassificação de parte. Sabemos que não é o momento. O momento será na discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Só que nós desejamos consignar que os moradores – uma parte deles – pelos menos uns 40 – que é o que estamos propondo aqui – querem mudanças. Estamos com um abaixo-assinado, com cerca de 200 assinaturas, pedindo para que se retire, do Artigo 13, o item: Manutenção da ZER, ou melhor, o que você está tirando Nabil?

Vocês não podem tirar da gente o direito de discutir. Precisamos discutir isso na Lei de Parcelamento e Ocupação do Solo. Esse direito é nosso e é democrático. Esse artigo, do jeito que está, vocês está tirando o nosso direito de discutir.

Podemos não conseguir mudar, mas discutir é nosso direito. Acho que é isso que estamos pedindo aqui.

Era sobre isso que eu gostaria de ter falado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Próximo orador é a Melis(?), arquiteta, minha colega.

A SRA. MELIS – Exatamente. Boa noite a todos. Vou ser rápida e, por isso, vou ler.

“Introduzir a seguinte definição no quadro I: chácaras de recreio ou sítios de lazer. Caracterizam-se como imóveis para habitação sem exploração econômica da terra, com área do imóvel igual ou superior a mil metros quadrados, não podendo se constituir em condomínio residencial.

Introduzir a expressão chácaras de recreio ou sítios de lazer no *caput* do Artigo 19, a saber: ‘... predominantemente horizontais, ocorrendo ainda as chácaras de recreio ou sítios de lazer’”.

As justificativas estão todas aqui e serão entregues.

“Retirar a expressão: chácaras de recreio no *caput* do Artigo 20. Tirar a expressão do § 1º, Artigo 20: ‘abrangendo o território das áreas de proteção ambiental’ para ‘abrangendo, inclusive, o território das áreas de proteção ambiental’.

E inserir § Único, Artigo 63: para o atendimento disposto no *caput* desse artigo, a Prefeitura poderá efetuar convênios ou parcerias com instituição de ensino universitário e/ou

entidades da sociedade civil, terceiro setor, habilitados para tais serviços. É a assistência técnica para Habitação de Interesse Social.

Também inserir mais um parágrafo no art. 164. “A Prefeitura, através da administração direta, deverá proceder à regularização fundiária de áreas e territórios de projeção cultural...” (final da frase ininteligível)

- Gravação de má qualidade. Há comprometimento na transcrição.

A SRA. MELIS - ...que ainda carece de documentação do parcelamento urbano do solo, por exemplo Parelheiros, Marsilac etc.

Inserir os seguintes artigos no título 5 - Das Disposições Finais e Transitórias. “A Prefeitura deverá concluir a demarcação limítrofe georreferenciada dos municípios de Embu Guaçu, Itanhaém, Itapeverica e Jucituba, no prazo de dois anos, a partir da vigência dessa lei. A Prefeitura reconhecerá os parcelamentos urbanos efetuados pelo município de Embu Guaçu considerando sua regularização fundiária ficando enquadrados em macroáreas de redução de vulnerabilidade urbana e recuperação ambiental situados em zona rural. § Único: Legislação específica será promulgada para tal, além de disciplinar sobre o recebimento de áreas públicas, a transmissão de (ininteligível), lançamento de cobrança de IPTU, dispensa ou não de comprovação de recolhimento do IPTU do município de Embu Guaçu; cobrança ao município de Embu Guaçu de tributação já recebida por aquele município”

A Prefeitura efetuará regularização fundiária de chácaras de recreio ou sítios de lazer, com parcelamento do solo efetuado até 1962, localizados na zona rural e estabelecido conforme o mapa... (ininteligível) § 1º - Serão enquadrados como chácaras de recreio ou sítios de lazer os imóveis com área superior a 1.300 metros quadrados até o limite de lote mínimo rural. § 2º - As chácaras de recreio ou sítios de lazer localizados na zona rural serão enquadrados na macroárea...(final da frase ininteligível). § 3º - Somente serão reconhecidos pela municipalidade os parcelamentos que dispõem de registro de imóveis ou se...(final da frase ininteligível)

Nos projetos de paisagismo de áreas públicas qualquer que seja sua localização do município pelo menos 70% das áreas de ajardinamento deverá ser de espécies que produzam flores de preferência o ano todo. O paisagismo de áreas públicas localizadas nas áreas de proteção aos mananciais deverá ser efetuado com plantas nativas da Mata Atlântica. A administração pública direta deverá rever os documentos obtidos pela municipalidade em duplicidade com o Governo Estadual, dispensando-os quando houver isenção do equivalente em nível estadual... (trecho ininteligível) ao invés de alvarás de aprovação, execução e funcionamento de equipamento do sistema de armazenamento de líquido e de combustível. Atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros para sistema de segurança contra incêndio ao invés de autoverificação (?) de segurança para...(ininteligível) e alvará de aprovação, execução e funcionamento...(final ininteligível)

Pronto, está falado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - A próxima é Tereza... (ininteligível)

- Gravação de má qualidade. Transcrição prejudicada.

A SRA. TEREZA – Boa noite a todos e a todas.

- Trecho ininteligível.

A SRA. TEREZA – Moro aqui do lado do Ipiranga... Faço parte da União do Movimento Popular por Moradia de São Paulo. (trecho ininteligível)

A minha colocação é que esse Plano Diretor...

- Trecho ininteligível.

A SRA. TEREZA – ... no sábado e no domingo para a gente aprender sobre o Plano Diretor.

Foi puxado para nós, mas...

- Gravação de má qualidade, transcrição prejudicada.

A SRA. TEREZA – A minha preocupação é maior do que quando eram outros

prefeitos. Dez anos atrás, fomos para um encontro...

- Trecho ininteligível.

A SRA. TEREZA – Quando houve a aprovação do Conselho da Habitação Nacional, aqui em São Paulo, houve um aumento de uma população e o mercado imobiliário, crescimento enorme, exagerado, dá pra falar. Jamais os movimentos populares...

- Longo trecho ininteligível.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Agora é Tereza, de novo. São suas Terezas. (Pausa)

A SRA. TEREZA RIOS – Boa noite. Meu nome é Tereza Rios. Eu peço que...

- Trecho ininteligível.

A SRA. TEREZA RIOS – Somos, sim, a favor do... uma vez que trará pelo menos seis mil empregos diretos e indiretos, e a região da implantação do Heliópolis (?)...

- Trecho ininteligível.

A SRA. TEREZA RIOS – Deu certo em todos os lugares. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, tem a palavra a Sra. Maria Auxiliadora.

A SRA. MARIA AUXILIADORA – Boa noite a todos os presentes.

Queremos, aqui, deixar uma proposta para a questão do incentivo à remuneração de fachadas e calçadas. Promover incentivos para a ação de restauração e manutenção de fachadas e calçadas, poderia ser um complemento do artigo 83, X.

Agora, entrando em uma outra questão polêmica de delicada: a questão das zonas residenciais. Proposta: unir as nomenclaturas ZER e ZPR para uma só: Zona Predominantemente Residencial. A justificativa para isso é a seguinte: o substitutivo do PDE coloca duas nomenclaturas nas zonas residenciais. São elas: Zonas Exclusivamente Residenciais – ZER, e Zonas Predominantemente Residenciais – ZPR. Porém, todas as áreas

ZER da Cidade, existem inúmeros corredores comerciais, mais de 200 ruas.

Portanto, essas áreas não podem ser consideradas exclusivas.

Outra coisa importante: retirar do artigo 13, I, parágrafo único: “desestímulo às atividades não residenciais”, porque isso está divorciado da realidade da nossa Cidade. A vocação da nossa Cidade é de prestação de serviço e de comércio.

Outra questão: e o que é que justifica isso? Quando se coloca “desestímulo às atividades não residenciais” entende-se toda e qualquer atividade, mesmo os pequenos comércios e serviços, o que é prejudicial para uma Cidade mista e compacta.

Além disso, o perímetro da macroárea não é uniformem, abrangendo tanto áreas com alta concentração de empregos e serviços, como os distritos de Santo Amaro e Itaim Bibi, com áreas que ainda carecem de atividades. Basta ver os mapas.

Então, achamos que deve ser acrescentado ao inciso II, do parágrafo único, do artigo 13: “manutenção das Zonas Residenciais com a inclusão, onde necessário, dos corredores de comércio e serviços em ZER (ZCLZ)”. (ininteligível)

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. José Paulo dos Santos.

O SR. JOSÉ PAULO DOS SANTOS – Boa noite, senhores.

Estou representando a indignação de todos os que aqui chegaram dentro do horário e que foram desprestigiados, desrespeitados pela chegada dos que compõem a Mesa, que deveriam ter iniciado no horário e atrasaram. (Aplausos)

Em segundo lugar, gostaria de dizer para os senhores que esse tipo de atitude, desrespeito ao povo, que pagam os impostos, que geram empregos, que fazem com que a Cidade funcione, é uma norma comum dos senhores políticos. Isso não pode continuar.

O que estamos vendo, no PDE, é um arroubo de megalomania que está sendo tomada pelo atual dirigente da Prefeitura.

Não dá mais. São Paulo chegou ao seu limite de crescimento horizontal e ele teve esse crescimento absurdo e descontrolado em razão dos desgovernos.

Então, precisamos de atitudes corajosas.

À dona Teresa eu devo dizer o seguinte: o crescimento das moradias e dos prédios ao longo da área do Aeroporto de Congonhas se deu em função da inoperância dos políticos, que deveriam regular e controlar o crescimento da Cidade. (Aplausos)

Então, temos que preservar aquilo que ainda nos resta em qualidade de vida.

O outro detalhe importante: a atitude que está sendo tomada, inconsequente e irresponsável novamente é a extinção das ZERs. As ZERs são o pulmão de São Paulo. Se exterminarmos isso, estaremos cometendo um suicídio.

Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Eu diria para o Sr. José Paulo, em primeiro lugar, já me desculpei pelo atraso. Atrasar em São Paulo não é um fato impossível de acontecer.

Esta é a segunda audiência pública que estou realizando hoje. Uma foi de manhã, estive em Plenário à tarde e outra agora à noite, então não admito que alguém venha dizer que não estamos fazendo jus ao salário que estamos recebendo. Mesmo porque eu nem preciso do salário da Câmara, sou Professor Titular da USP e estou aqui desempenhando uma função pública. Particpei de 45 audiências públicas na primeira fase; não tive um fim de semana, desde janeiro, para elaborar o substitutivo, por isso não admito que venha alguém dizer que não estou fazendo jus ao salário. Desculpem-me, mas há certas coisas que não devemos aceitar, porque realmente vai ao fundo da nossa dignidade.

Muito obrigado. (Palmas)

A próxima inscrita é a Sra. Maria do Carmo.

A SRA. MARIA DO CARMO – Boa noite a todos. Sou Conselheira Participativa, faço parte do Cades e estou nesta reunião para fazer um apelo.

Tenho ouvido falar muito nas audiências sobre justiça social. Justiça Social não deve se tratar somente no caso de moradias populares para pessoas que estão precisando. Ela tem de ser feita a todos os cidadãos. Todos os cidadãos têm direito à moradia e ao emprego e é baseado nesse argumento de injustiça social que gostaria que fosse, prezado Vereador Nabil, reconsiderado o corredor da Sabará. Vou explicar o motivo.

Esses meus companheiros, meus vizinhos da região da Sabará, são pessoas que levaram de 50 a 60 anos para construir suas vidas naquela região. Eles não só construíram uma moradia com o trabalho e o comércio deles. Estive conversando inclusive com o nosso Senador Suplicy e disse que a Sabará, em Campo Grande, é o bairro mais autossustentável que temos na região de Santo Amaro. Temos ali uma vida social, uma vida partilhada socialmente, comercialmente, todos unidos. É um bairro que trabalha unido e juntos construíram aquele local. Sou testemunha disso. Já vi comerciante (ininteligível?), já vi empresário, sei o quanto é difícil manter seu padrão de renda com uma porta aberta esperando e lutando para conquistar seus clientes. Eles conquistaram isso em nome desses cidadãos, como eu.

Faço um apelo ao Prefeito para que seja revisto isso. Sou a favor do desenvolvimento, de um desenvolvimento social e do desenvolvimento ambiental. Lá na Sabará temos tudo isso, mesmo porque essa é uma região de mananciais. Se o cidadão não se envolve, a Cidade não se desenvolve. Mas desenvolvimento tem a ver com pessoas e não com progresso desenfreado destruindo tudo de bom que conquistamos em nossa região.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigada, Sra. Maria do Carmo. A próxima oradora é a Sra. Mariana Belmont de Matos (?).

A SRA. MARIANA BELMONT DE MATOS – Boa noite. Sou moradora de Parelheiros há 26 anos. O Distrito de Parelheiros é a periferia mais peculiar do extremo sul de São Paulo. É uma periferia com cheiro de roça, ar limpo, pessoas simples, belezas naturais e,

por enquanto, água limpa.

Além disso, possui a maior diversidade de culturas da Cidade, com índios, alemães, poloneses, nordestinos e afins.

Jovens agricultores subexistiam na Cidade, seguindo a tradição de suas famílias. Lá temos parques naturais do tamanho de dois a três Ibirapueras, parques esses que estão fechados e que contêm o adensamento do Rodoanel.

A construção de um aeroporto em Parelheiros, na verdade, é um mote para abrir o Rodoanel - embora digam que não.

Instalar lá na região o Polo de Logística Articulada do Rodoanel é justificar a abertura da atual estrada de Itanhaém, que é um erro grave, e abrir a região para a especulação imobiliária.

A ave harpia é um bicho que se enxerga longe... E a empresa quer construir esse aeroporto... Enxerga longe, mas não enxerga o verde que há em Parelheiros.

Parelheiros não quer e não precisa de um aeroporto. A cidade de São Paulo precisa de mais parques, de mais áreas verdes, assegurar as ZEIS - inclusive as áreas de mananciais -, assegurar a área rural, o pagamento pelos serviços ambientais, preservação das duas represas da zona Sul, e um transporte melhor para uma qualidade melhor.

Todos... A maioria de Parelheiros disse: "Aeroporto em Parelheiros? Não". (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Mariana.

Viviane (?) Gonçalves. Em seguida, Vinícius de Souza.

Temos, no total, 24 inscritos. Vou encerrar as inscrições na fala de Diego.

O SR. DIEGO - Boa noite a todos. Meu nome é Diego, sou gestor e uma unidade de conservação, que é uma Área de Preservação Ambiental, uma APA, que se chama Bororé/Colônia, que está localizada no extremo Sul do Município, entre Grajaú Parelheiros.

Essa região é muito peculiar, muito diferente. As discussões que temos do território são um pouco diferente das discussões que temos nesta área mais urbanizada de São Paulo.

Então, num certo sentido, esse documento que está para ser aprovado, do ponto de vista ambiental, tem muitos avanços, que são importantes e é muito importante que sejam mantidos no documento que vai ser aprovado. Por exemplo, o fato de estarem essas áreas ao Sul do Município e que tem essas peculiaridades: rural, ambiental, com nascentes, com mananciais de abastecimento de São Paulo, com remanescentes de mata verde, Mata Atlântica, desta cidade, que vão ser agrorurais. Isso muito importante porque se institucionaliza, torna-se possível promover outro tipo de desenvolvimento. É o que buscamos.

As áreas de proteção ambiental têm um Conselho participativo: a população participa do processo de gestão. E a APA promove uma gestão do território mesmo. Conversamos com a Subprefeitura, conversamos com o Estado, com o Cetesb, com Habitação, com todos os órgãos que vocês possam imaginar que tenham uma interface com o território. Mas, principalmente, com a população.

Assim, o que discutimos lá são formas de se trazer desenvolvimento que não seja tão impactante como o que temos normalmente. E o...(ininteligível)... é quem vai trazer essa possibilidade.

E o que temos para fazer lá de desenvolvimento é justamente outro tipo de infraestrutura; é justamente promover, por exemplo, a universalização de saneamento ambiental, pensando sistemas isolados de abastecimento, de tratamento de esgotos, de gestão de resíduos sólidos - o que é importantíssimo. Então, temos um potencial gigantesco lá e acho que o Plano Diretor traz uma contribuição, pelo documento, valorizando as unidades de conservação, valorizando o proprietário privado com pagamento por serviços ambientais, valorizando a agricultura orgânica, a conversão agroecológica. Gostaria só de comentar este em que está a Zepam - que é a Zona Especial de Preservação Ambiental. É muito importante que seja mantida. É muito importante também que a lei de parcelamento de uso e ocupação do solo (inaudível) em áreas de planície fluvial e as áreas de preservação permanente.

E mais um comentário que preciso fazer, infelizmente, vou discordar da Tereza com

relação ao Aeroporto. É pensar um empreendimento que vai trazer emprego, mas qualquer empreendimento que se estabelecer ali também pode gerar emprego. Agora, o que é compatível com a rede, por que nós todos vamos nos mobilizar para defender um empreendimento privado que não tem nenhuma relação com o local? Não há nenhuma determinação legal que permita um aeroporto numa área de mananciais, na várzea do maior contribuinte da Represa do Guarapiranga. Então, infelizmente, acho que para deslocar o Aeroporto para lá, deve haver outros interesses aí para pensar. E temos de pensar outras possibilidades de desenvolvimento. Romper a lógica, porque progresso não é só estrada, saneamento e rede de esgoto convencional, abastecimento convencional.

Então é isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Vinícius e em seguida o Claudio Prado.

O SR. VINÍCIUS – Boa noite a todos, sou o Vinícius do Instituto (inaudível) Estudantil, que é o movimento que atua na área de proteção dos mananciais da Subprefeitura de Capela do Socorro e Parelheiros. Sou mestrando em ciência ambiental na USP, gestor da área de Capela do Socorro e Parelheiros e também sou gestor de uma área bem ao lado da Represa Guarapiranga.

Acho muito importante na revisão do plano diretor estratégico é assegurar as Zonas de Interesse Social, o pagamento dos serviços ambientais, a implantação da área rural, assegurar cotas de solidariedade para diminuir a pressão da moradia nas áreas mais importantes de preservação ambiental. Garantir que o potencial de aproveitamento construtivo respeite as áreas específicas de proteção ambiental. Temos uma quantidade muito grande de áreas verdes à beira de avenidas que estão na área de proteção ambiental e que não poderão ser transformadas em corredores de ônibus e não podem ser alvo de especulação imobiliária.

Quanto à questão do Aeroporto de Parelheiros, todas as áreas que a Tereza mostrou, nenhuma delas tem uma questão em comum com Parelheiros, que não é só uma

área ambiental sensível, mas também a questão urbana e social é extremamente sensível. É o distrito que mais cresceu em todo o Brasil nos últimos 10 anos. O Poder Público já vem gastando bilhões e bilhões de reais para tentar conter e minimizar os problemas da ocupação urbana desenfreada.

Temos um manifesto que está sendo divulgado pela internet questionando a instalação de um aeródromo em Parelheiros, com mais de 60 assinaturas de especialistas, grande parte doutores e professores titulares. É totalmente contra toda nossa legislação e será um grande tutor de mais especulação urbana. Na cidade de São Paulo a poluição atmosférica já mata três vezes mais do que acidente de trânsito, sem falar na questão das espécies que existem nessa região. Não é a toa que essa área faz parte da macroárea de proteção ambiental. Tem uma Zepam, uma ZPDS, está na lista de (ininteligível). Inclusive, o plano de desenvolvimento ambiental da Guarapiranga frisa muito bem que a várzea do Rio Iguaçu tem de ser preservada porque não sei se vocês conhecem o local, existem sim áreas mais retumbadas de Parelheiros. Essas sim precisam de emprego.

Existem diversas formas de chegar ao emprego tanto pelos empreendimentos mais sustentáveis, mais rentáveis de exploração da natureza do ponto de vista ecológico, agricultura orgânica, mas também há outras formas como polos tecnológicos, pequenas indústrias, pequeno desenvolvimento do comércio. Tudo isso não vai gerar o impacto e a especulação imobiliária que esse aeroporto já está gerando. Não pode ser (ininteligível) que faz parte da reserva da biosfera que está na área de influência de vários parques, zona de abastecimento de parques naturais.

Isso vai contra tudo o que tem se discutido há décadas como ideal e certo para o caminho do desenvolvimento de Parelheiros. Eu sou a favor do desenvolvimento de Parelheiros, mas essa é uma concepção retrógrada, não é uma concepção de desenvolvimento. É uma concepção de mero progresso econômico sem considerar as (ininteligível) do local. (Palmas)

O SR. CLAUDIO PRADO - Boa noite a todos. Sou solidário a você. Eu estive em quase todas as audiências públicas e sei o quanto você e sua equipe trabalhou para a elaboração do plano.

Há várias questões que precisam ser discutidas, mas o Nabil é muito trabalhador. Não justifica o atraso dele. Acho que ele deveria sair mais cedo para chegar aqui junto conosco às 19h.

Há duas questões importantes e quero que o Nabil nos ouça. Eu sou diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo. Temos um problema sério em São Paulo hoje. A preocupação do Plano Diretor é levar ou criar novos empregos próximos à residência de cada pessoa. Precisamos pensar como podemos viabilizar essa questão. O Plano Diretor coloca as zonas de desenvolvimento econômico. Porém, ele não deixa claro algumas proteções que precisam ser executadas. São Paulo não será bem bolado se você deixar só para a prestação de serviço. Têm de haver um equilíbrio entre o prestador de serviço, o comércio e a indústria. Esse equilíbrio está 15%, 55 e o restante comércio.

No Plano Diretor anterior ele tinha as áreas industriais – zona industrial de reestruturação. Hoje ela não existe. Quem é da zona Sul sabe, se você pegar o corredor da Berrini até onde era a Villares, grandes empresas saíram daquela região. Várias empresas. Vou citar um exemplo, uma empresa que saiu de lá, disseram que tinha 700 trabalhadores, hoje tem lá uma revenda de autopeças com 20 trabalhadores. Aquela região, era uma região exclusivamente industrial. Foi totalmente destruída pelo setor imobiliário. Se deixarmos no Plano Diretor, somente essa questão de zona de desenvolvimento, colocarmos só zona de proteção para a indústria, vamos ter esse desequilíbrio como foi feito na zona Sul.

Não trabalha mais aí, porque não tem emprego e será obrigado a vir até aqui o centro para trabalhar. Temos de ver esse equilíbrio, que precisa ficar claro. Metade está totalmente destruída.

Aqui é um relatório do sindicato, junto com os empresários da área da Vila Carioca,

sabem quantas empresas tem aqui? Cento e trinta e oito empresas, 22 mil trabalhadores. Vai abrir uma operação urbana aqui, se não deixamos lá a proteção dessa área, proteção da indústria, equilíbrio, pode ter residência. Mas tem de ter emprego próximo a essas pessoas, porque fica como Água Branca. Água Branca tinha nove mil trabalhadores em empresas. Votou operação na Câmara, esses nove mil estão saindo de lá. Esse equilíbrio é fundamental para nós. Por isso precisa ficar claro, aqui no Plano Diretor Estratégico a forma de proteger e forma de desenvolver.

Queria apenas colocar uma coisa, que acredito ser interessante, para todos saberem: o novo Plano Diretor Estratégico tem lá o plano de bairro, gostaria que você colocasse uma descrição que nos levamos ao debate na Câmara Municipal de São Paulo, o Plano de Desenvolvimento Econômico de cada bairro. Você não vai conseguir gerar um emprego em cada bairro, se você não estudar o que é possível se instalar, o que é possível, as empresas que estão saindo da região central, para gerar emprego em São Miguel, em todas as regiões possíveis da periferia para o trabalhador chegar e dizer, vou de patinete, se for preciso.
(palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Muito obrigado, Claudio.

O SR. _____ - Para eu vir para cá hoje, demorei umas 4 horas de viagem, mais de 10 km por estrada de terra. Na minha casa não tem água encanada, esgoto. Parece que estou na roça. Na verdade estou na roça. Fico feliz com esse Plano Diretor reconhece a situação e caos do extremo sul de São Paulo.

É uma área rural e o reconhecimento por ser uma área rural, é uma alegria muito grande. Participamos de diversas audiências públicas. Queria dar os parabéns a produção. O Plano Diretor tem um monte de problema.

É um grande avanço no que trata da questão rural dentro do Plano Diretor. Um Plano Diretor aponta para um caminho muito interessante que é pensar um novo modelo de desenvolvimento para aquela região.

Agricultura agroindústria pode gerar emprego. Conseguimos um desenvolvimento ser pautado no que existe naquela região sem precisar trazer grandes soluções. O Plano Diretor prevalece um polo de desenvolvimento rural, caminhando e dando possibilidades para que o Executivo desenvolva de fato, com todas as qualidades que tem ali, sem destruir aquela região. Parabenizo a mesa, ao grupo de trabalho que está de acordo com vemos e que está discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Muito obrigado. Com a palavra o Sr. Gabriel Elias de Oliveira da Associação Jardim da Saúde.

O SR. GABRIEL ELIAS DE OLIVEIRA – Boa noite a todos. Vou falar sobre o problema de saúde, sobre associação dos moradores. Foi citado aqui, duas ou três vezes até, sobre as zonas residencial, quero falar sobre a importância da proteção das...(ininteligível).

Nos moradores do Jardim da Saúde lutamos durante muitos anos para que se formassem uma ZER. Estávamos sofrendo porque o comércio e os prédios...(ininteligível)... Foi dito aqui que exclusivamente residencial. Tem de ser exclusivamente residencial. Ora se deixou de ser exclusivamente residencial é porque foi invadido. Porque alguém burlou a lei. Devemos preservar aquilo que foi conquistado ao longo de tantos anos. Não participamos de uma reunião como essa, nem 10, nem 100. Nós lutamos, e o próprio Nabil é testemunha disso. O quanto lutamos para preservar o Jardim da Saúde.

É importante ressaltar que o bairro Jardim da Saúde, tem 17 metros de área verde. Muito acima da média da cidade de São Paulo. Isso não pode ser jogado fora. Se tivermos um comércio e os prédios invadindo a área, teremos uma diminuição sensível dessa área verde. Foi dito que os corredores, eles não devem, não podem existir dentro de bairros porque descaracterizam. Os moradores estão nos bolsões residenciais. Deslocam-se pelos corredores para fazer suas compras. Quem que gostaria de ter uma marcenaria ao lado da sua casa, uma oficina mecânica, uma funilaria.

Foi feito um estudo muito longo. A ZER tem a ver com a Lei de Zoneamento. Nós

lutamos, anteriormente, pelo tombamento do bairro, porque era a proteção que tínhamos em mãos naquele momento. Foi feito um estudo Multidisciplinar, onde historiadores, engenheiros agrônomos, arquitetos, geólogos, fez um estudo durante muitos anos e se concluiu pela preservação do parque.

Gostaríamos de reivindicar, esses estudos, inclusive os corredores. Esses estudos foram feitos, estudando onde e como deveria ser o planejamento do Jardim da Saúde, onde e como deveriam haver corredores, comerciais e serviços de comércios. Foi um estudo muito bem feito. Não foi uma associação. Não foram dois ou três, não foram dez ou 20. Um bairro todo. Os abaixo assinados que conquistamos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Com a palavra o Sr. Arlindo Amaros, sou morador da região aqui do Alto do Ipiranga. Gostaria de pedir ao Nabil, dá para você migrar para esse Plano Diretor, para a responsabilidade para os planos de metas. O Plano Diretor teve a origem no ano de 2001, com a Lei 10257, pelo Estatuto da Cidade. Estamos a 14 anos, da Lei do Estatuto da Cidade, que gera como instrumento básico para o Plano Diretor da Cidade de São Paulo. No ano de 2003, na administração da Marta Suplicy, foi criada a primeira audiência pública para o Plano Diretor Estratégico. Hoje estamos em situação e podemos mostrar que na época a Secretarias Municipais criou uma Secretaria de Infraestrutura Urbana. Temos outra situação na Cidade de São Paulo com relação à situação de córregos e rios, verticalização da cidade, a impermeabilização das vias. Temos um problema básico da Cidade de São Paulo hoje, que a comunidade urbana. Dificuldade enorme de andar na Cidade de São Paulo, eles sem uma construção, um planejamento sobre o sistema viário, não vamos fazer algo melhor na Cidade de São Paulo, temos de pensar na mobilidade. A Cidade de São Paulo hoje...(ininteligível...).

São 70 mil ruas classificadas como ruas estruturais, contando que o bairro do Ipiranga, um bairro de 37,5 Km² de área, começando na Av. Dom Pedro. O bairro do Ipiranga hoje tem aproximadamente 480 mil pessoas com três subdistritos. Não temos no bairro do

Ipiranga um planejamento para o sistema viário do bairro. Em 2003, foi criada uma proposta do Plano Diretor Regional da apresentação da subprefeitura em apresentar ao Plano Diretor Estratégico as possibilidades de fazer uma revisão do sistema viário do bairro. Temos um problema do zoneamento, não só no nosso bairro, mas no entorno da cidade, o problema da circulação do zoneamento. Se você ir para uma zona ZEI 3 para uma via local, não pode fazer tal construção porque a via local não permite. Precisa ter uma comunicação, a Subprefeitura e a CET, que foi a geradora dessa situação, de fazer uma classificação de via junto com o próprio zoneamento. (ininteligível...)

Precisa fazer uma revitalização dos córregos. São Paulo tem 3500 quilômetros de córregos e rios e o bairro do Ipiranga têm, córrego do Ipiranga, o Rio Tamandateí e esse exatamente o corredor de esgoto que passa dentro do Parque. O Parque está tombado, tombado pelo esgoto e pela construção.

Os próximos governos tem a responsabilidade fiscal dos planos de metas com o Plano Diretor da Cidade de São Paulo, principalmente das Subprefeituras.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Muito obrigado. Com a palavra a Sra. Lucileia.

A SRA. LUCILEIA – Em primeiro lugar quero agradecer, que é a primeira reunião do Plano Diretor que estive foi em Parelheiros, o qual não ouvi a palavra Cultura e nem Educação. Essa relação consegui que nossa voz seja escutada e que seja transformada aquilo, falamos de democracia, temos de ter Cultura e Educação. Senão seremos massa de manobra. Não queremos só comida, mas comida, diversão e arte. Queremos saída para qualquer parte. Acesso, queremos direito e felicidade. Eu como atriz, digo que Parelheiros é uma área de proteção ambiental deve ter um centro cultural tão bonito quanto a região. Tão grande e tão transformador quanto aquela região. Agradeço muito aos militantes, dizer que sou uma militante do dia em que ajudei a escrever a lei de fomento a o teatro do Movimento Arte contra barbárie, e preserva o direito do artista. O que mais queria naquela lei é blindar a lei

para que viesse uma grande ideia, ou um grande administrador, para mudar o que a gente queria. Gostaria de fazer com o Plano Diretor, é justamente isso: blindar as principais ações e ideias que estão colocadas no plano, que não aconteça como esta acontecendo agora, saiu uma regulamentação que durante a Copa os artistas de rua não podem se apresentar. De repente a administração tem uma grande ideia e uma grande solução e escreve uma regulamentação completamente arbitrária. Termino pedindo um pouco mais de suavidade, porque acredito que política pode ter a amor, poesia. A Vida é como uma brincadeira de criança: inocente, leve e divertida e para isso temos de nos juntar ao que existe de mais belo, nossas árvores, nossos pássaros e nossas borboletas, e apenas ser e sentir, como fazem as crianças. (palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Muito obrigado, Lucileia. Com a palavra a Sra. Olga.

A SRA. OLGA – Boa noite a todos. Primeiramente temos de pensar que esse Plano Diretor que estamos discutindo, Plano Diretor Estratégico, é um Plano que começou a ser discutido lá em 2001, mas o que se falava? Era o Plano programa, plano para fazermos da cidade que temos, a cidade que nos queremos. Uma cidade que seja igual para todos. Onde todos podemos morar sem violência, sem dificuldade e entendo melhor. Fico preocupada quando escuto que a maioria vem falando só em problema deles. Não podem pensar assim. Temos de pensar que moramos na cidade, que essa cidade tem ser linda, maravilhosa para todos nós. esse Plano Diretor tem muitas coisas que poderíamos discutir. Tenho três pontos a dizer: primeiro, quando se fala que vamos estar com habitação de baixa renda. Geralmente esquecem que tem uma porcentagem da população que estão ganha o mínimo salário e com esse mínimo salário tem de viver, tem de se alimentar, se vestir e pagar um grande aluguel. Tem de pensar muito trabalhar na habitação social para atender o segmento vulneráveis a famílias de baixa renda, que têm crescido nessa cidade que estão dormindo debaixo dos viadutos também tem direito a cidade, porque também são cidadãos brasileiros. Outra questão

de bastante importância habitação ...ininteligível...

As famílias se conhecem e montam uma comunidade e aí a gente passa a viver em paz ...ininteligível... Outro ponto, se fala muito na regularização fundiária. Acho que, quem ainda não regularizou sua casa, que ainda tem apenas o direito a uso e a propriedade. É um problema, um pesadelo, quando se vive 20 anos dentro da sua moradia, conseguiu com muita luta, como muito esforço, e hoje, muitas dessas famílias morrem sem regularizar e sem conseguir a moradia digna. Moradia é um direito para todo cidadão. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Dona Olga. O próximo orador é o Ernesto, de Parelheiros, Conselheiro Gestor.

O SR. ERNESTO – Bom dia, Vereadores e subprefeito. Sou da terceira geração de agricultores da região de Parelheiros, região essa que, junto com Marsilac, tem uma forte influência das colônias alemã e japonesa, da que eu pertenço. Há muitos anos, Parelheiros e Marsilac têm contribuído para a agricultura, inclusive a orgânica.

Já fomos os maiores produtores rurais do Município de São Paulo, mas, nos últimos anos, fomos praticamente espremidos pela especulação imobiliária, que está fazendo com que nós, agricultores, sejamos expulsos para a cidade, parando de produzir alimentos.

Graças à agricultura de Parelheiros, nós, agricultores somos reconhecidos. Ao todo, somos mais de 300 agricultores. Desses, 30 estão em fase de conversão à agricultura orgânica e já são certificados. Atualmente, os agricultores não conseguem financiar um trator, porque o banco pede garantias e a falta de documentos da terra dificulta, por exemplo, o acesso ao Pronaf.

Além do reconhecimento da zona rural, nós agricultores temos que fazer o abastecimento com recursos próprios para termos assistência técnica pela Casa de Agricultura de Parelheiros e outras duas.

Pedimos a todos que visitem Parelheiros e que vejam a nossa realidade. Pedimos também uma centrífugadora municipal.

Essa era a minha fala. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Heitor.

O SR. HEITOR MARZAGÃO TOMMASINI – Boa noite, Nabil e a todos da Mesa.

Sou advogado e um estudioso do urbanismo, tanto do ponto de vista do Direito como do ponto de vista do planejamento. Durante muitos anos, fui Conselheiro do Conselho Estadual do Meio Ambiente, representando a sociedade civil. Fui representante também do Cades, também representando a sociedade civil pelo Movimento Defesa São Paulo, entidade que integro, assim como também integro a Associação dos Moradores do Jardim da Saúde.

Durante muitos anos, tivemos uma discussão profunda sobre como é a sustentabilidade da Cidade, qual é a plataforma para a nossa sustentabilidade na cidade? Ou seja, quando as cidades surgiram ou, antes disso até, quando o homem ainda era nômade, o homem chegava em algum lugar, ocupava aquele lugar e quando ele não conseguia mais praticar a agricultura e quando não conseguia mais a água ou quando não conseguia mais controlar o frio e o calor, ele saía e ia embora, porque não sabia controlar aquelas situações ambientais.

Logo quando ele começou a dominar o meio ambiente, começou a controlar o calor, a oferta da água, a agricultura, começou a se fixar e assim começaram a surgir as cidades, que eram lugares onde todas as pessoas podiam viver e se relacionar entre elas e com o meio ambiente de forma a criar uma situação em que todos pudessem permanecer de forma saudável na cidade. Esse é um projeto de urbanismo.

O que queremos para a nossa cidade de hoje? Com todo esse poder tecnológico que temos, criamos um ambiente absolutamente inóspito, que causa muitos problemas. Não temos água, porque fizeram a cidade de São Paulo numa plataforma continental, com acesso à água distante, ou seja, há um custo muito grande para trazer água. Conseguimos devastar grande parte do nosso território, da nossa metrópole. Tanto é temos hoje apenas um resto de cinturão verde. Sou conselheiro do Conselho da Reserva da Biosfera do Estado de São Paulo

na cidade de São Paulo e nós temos uma reserva de biosfera totalmente atingida por projetos que podem ser muito ruins para a vida na cidade, como em Parelheiros, que deve ser visto com muita atenção, porque nós estamos atingindo áreas frágeis região metropolitana.

Assim também como temos diversos territórios na Cidade que são absolutamente importantes para a sustentabilidade urbana, porque é uma questão de vida. Nós temos que viver aqui nesta cidade, onde vivem cinco milhões de pessoas, extrapolam essas fronteiras da nossa metrópole, como toda macrometrópole. Então, existe uma distribuição transversal ou uma transversalidade dessas políticas, tanto que, por exemplo, em conselhos em que participei, não há uma discussão política sobre, por exemplo, onde vai passar o metrô. Então, hoje nós temos um sistema de transporte totalmente congestionado, onde não cabe mais ninguém. Há uma política voltada aos carros, para se comprar carros, pois se perdeu o que outrora foram os bondes, os trilhos por um processo urbanístico volumoso.

O papel agora é tentar evitar o caos. É isso que diz o Estatuto da Cidade. Então, temos que corrigir as distorções para voltarmos à nossa origem, que é viver numa cidade que pode prover a vida e não apenas o poderio econômico. O que está em jogo é a vida de quem mora aqui, pela poluição do ar, pela poluição da água, pela poluição dos mananciais, pelo uso e ocupação indevida do solo.

Portanto, é importante a caracterização dessas áreas.

Também não posso deixar de falar do meu bairro. De todas as ZER, foi um lido um documento, assinado por 53 unidades, que são de áreas essenciais à definitiva proteção. Não que se queira retirar os corredores. Pelo contrário, os corredores que estão, devem ficar, porque foram estudados e planejados e lá devem permanecer, mas, o que não se pode admitir, são novos corredores, porque eles têm uma diferença tão grande de destruição de áreas tão importantes.

Então, está aqui o documento para apresentação e exibição desse zoneamento, essencial, cuja função é absolutamente fundamental para a sobrevivência da nossa metrópole.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – O próximo orador é o Paulinho, de Heliópolis.

O SR. PAULINHO – Boa noite à Mesa, ao subprefeito de Ipiranga e de Parelheiros e ao Vereador Nabil. Queria falar que é uma aberração sem cabimento um aeroporto em Parelheiros, até porque não tem função social nenhuma fazer um aeroporto para alguns empresários o utilizarem para voar em cima dos pobres desta cidade. Então, não tem função social. Daqui a pouco, não tem mais o que comer, (ininteligível), daqui a pouco vai faltar até comida para a humanidade se a gente continuar achando que tudo tem que virar desenvolvimento, asfalto. Temos que pensar na agricultura do nosso País. Lamento que isso aconteça.

Outra questão é que a gente precisa pensar um pouco na Cidade como um todo. E pensar a Cidade como um todo é ver o tempo que se demora hoje para se locomover de um lugar a outro. A Cidade cresceu exageradamente para alguns lados e não anda mais, não tem jeito. Para a gente aqui do Ipiranga, do Bairro da Saúde, eu fico imaginando o pessoal que mora em locais estritamente residenciais: daqui a pouco, eles não terão mais condições de chegar em casa; vão chegar quase na hora de voltar a trabalhar, se a gente não pensar no resto da Cidade, para melhorarmos a condição do viário.

Nossa região aqui é muito difícil de lidar. Estamos na divisa com toda a região do ABC, ligados a duas outras vias, em uma região que leva a mais outras duas rodovias: a Dutra e a Fernão Dias e a Anchieta e a Imigrantes. Boa parte desse trânsito passa pelo Ipiranga. Há um detalhe que os engenheiros da Cidade não pensaram: no horário de pico, quando o trânsito afunila, a Cidade para. Você não vai à escola, ao supermercado, você não faz mais nada. Quando se chega à região de São Caetano e ABC, trava porque é o único viaduto que liga a zona Leste da Cidade, liga São Caetano e recebe todo o trânsito que vem da Via Anchieta, da Tancredo Neves, do lado do Centro, da Avenida do Estado e acaba chegando a um funil.

Então, precisamos pensar (ininteligível) nós precisamos de dois anéis viários para resolver parte da situação. O primeiro deles, ligando a Vila Carioca à Vila Prudente para poder melhorar o sufoco do trânsito de São Paulo e da região do ABC. Não há jeito se não se fizer isso. O segundo, ligando a Vila Arapuã (ininteligível), que é para quem vem da Via Anchieta não precisar passar por dentro da Cidade, que trava no final da tarde (ininteligível). Então, precisamos pensar esses dois viadutos para tentar resolver o problema do nosso viário. Quem está na região no dia a dia sabe disso.

A questão dos corredores de ônibus, acho que (ininteligível), não dá para levantar todos sem levar em conta a questão da convivência, da vida das pessoas naquela região. Mas precisa resolver alguns corredores da Cidade, porque, senão, a Cidade não anda mais. Preciso ter um estudo, dialogar muito bem para poder ter uma Cidade melhor para o trabalhador.

Por último, quero discutir um pouco essa questão da (ininteligível) Vila Carioca (ininteligível). Se a gente não tomar cuidado, a gente está levando milhares de pessoas para morar nessa região (ininteligível) desapropriação, e o emprego dessas pessoas está indo embora. Então, o plano da Cidade de se levar as pessoas para perto dos empregos, ou o emprego para perto das pessoas, eles estão aqui fazendo a contramão. Se a gente não tomar cuidado de preservar os empregos que há nessa região, a gente vai levar muito morador dessa região e os empregos vão embora. (ininteligível) Precisamos estudar a Cidade um pouco melhor e o Plano Diretor precisa (ininteligível) disso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Gerson Flores.

O SR. GERSON FLORES – (Ininteligível) Primeiro, parabéns pelo seu trabalho. Agradeço muito pelo esforço, em nome da comunidade. (ininteligível), a Cecília (ininteligível). Eu quero dizer o seguinte: o aeroporto, eu acho, Nabil, que representa (ininteligível). Vamos ter mais flores. É um grupo de pensadores, o mesmo que pensou há 50 anos em destruir a democracia. Quando você quer destruir o índio, o lavrador, a fauna e a flora de uma região, a água que precisamos para sobreviver, é porque o sistema capitalista (ininteligível) e defende o

bem da sua comunidade. Ele é um empresário (ininteligível). Hoje eu vivo bem, eu moro bem, moro em condomínio, tenho quatro automóveis (ininteligível), mas trabalho de ônibus. Mas o sistema capitalista (ininteligível) é simplesmente (ininteligível) ter o controle da ANAC e pousar o avião na hora que ele quiser, com quem ele estiver transportando, sem você estar perturbando ele. Ele não está preocupado com o desenvolvimento da região, ele está preocupado com o agricultor, com a sobrevivência do meio ambiente? Não, ele está preocupado (ininteligível) 50 anos atrás (ininteligível). Então, eu discordo. Vocês vão fazer esse debate (ininteligível) essa Cidade é nossa. Não é (ininteligível) meia dúzia querem construir um aeroporto para eles, não (ininteligível).

Outra coisa, companheiros: corredores de ônibus. Quero que esse cidadão brigue, porque ele xingou o Nabil, xingou o Haddad. Eu defendo muito esse Haddad em quem eu votei (ininteligível) Não vou ter tempo para falar, mas vocês peguem a revista (ininteligível). Eu quero que vocês entrem num ônibus e passem quatro horas para ir e quatro para voltar do serviço; me digam se vocês (ininteligível) ou não. Só isso. É muito bom que vocês vão de carro com ar condicionado, motorista particular e com uma vista (ininteligível). Agora, eu quero ver vocês entrarem em um ônibus e ficar quatro horas para ir mais quatro para voltar do serviço. (Ininteligível).

Outra coisa Nabil: a moradia, a especulação imobiliária que tem no Jardim da Saúde (ininteligível). Tem outra coisa grave, que não se pode passar despercebida: a moradia popular, com função social. Não se pode construir um apartamento, um conjunto de CDHU sem espaço para vaga de automóvel. Quanto tive minha primeira casinha, muito tempo atrás, eu não tinha automóvel; hoje, na minha casa eu tenho quatro automóveis. Ainda bem que (ininteligível) garagem. Mas hoje a política econômica do Brasil permite que as famílias, esses jovens que vão casar, os filhos deles vão querer ter carro (ininteligível) trabalhar de ônibus e metrô? Vamos construir esta cidade com estrutura de transporte (ininteligível) para eu trabalhar. (ininteligível) Nós não deixamos que o CDHU construa casas (ininteligível) sua

bicicleta.

Para concluir, emprego. É difícil o Plano Diretor falar de emprego, levar emprego para o cidadão, levar empregos para a zona Leste, para a zona Sul, (ininteligível) as empresas de São Paulo vão embora porque aqui tem os (ininteligível) mais caros do Brasil. Por que eu vou deixar minha empresa aqui, se eu vou para o Norte e Nordeste e pago a metade do ICMS? Então, vamos (ininteligível) essa política de impostos, pelo amor de Deus! Não dá para discutir empresa em um Plano Diretor se o Governador expulsa as empresas do Estado de São Paulo.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Gerson. Danilo é o último inscrito.

O SR. DANILO – Boa noite a todos. Gostaria de ler uma redação que fiz na escola e o título é Como vai ser no futuro.

“Ontem não vi minha mãe. Quando acordei ela não estava mais em casa. Quando fui dormir ela não tinha chegado, mas eu sabia que ela estava cuidando do meu futuro. Ela se preocupa, sabe?

Ontem, ela esteve o dia todo fora. Ela estava na Câmara dos Vereadores cuidando do meu futuro. Assim que ela fala. Minha mãe é agricultora. Agricultora é que nem religião: tem vários sentidos, um deles é a alimentação saudável e minha mãe (ininteligível) contra os agrotóxicos.

Os agricultores, aqui, tem também a responsabilidade de proteger os mananciais e assegurar o cinturão verde de São Paulo, não deixando ocorrer invasões ou loteamentos.

Esse cuidado todo é para não acabar nossa água, cada dia mais escassa. E também nossa fauna e flora que são as coisas mais lindas.

Quando falo em fauna, tenho vontade de chorar, pois muitos vou esquecer. Quando estávamos tendo o Rodoanel, sempre vejo animais atropelados (ininteligível).

No verão, quando estou aqui em casa, fico pensando na cidade e no calor

escaldante do asfalto. E aqui, não sou (ininteligível), mas fico pensando: sem os cuidados devidos, a natureza vai acabar.

Nós já estamos sentindo os prejuízos aqui no sítio (ininteligível) e ficamos sem água.

As mudanças climáticas por causa do desmatamento também prejudicam o plantio.

Eu (ininteligível) com minha mãe para falar com os políticos. (ininteligível) concreto, poluição, e a água? Agora é a escassez. Daqui a poucos anos, não terá mais água.

Se tudo já está no fim agora, como vai ser quando estiver com a idade da minha mãe?

E isso sem falar naqueles que ainda nem nascerem. Será que (ininteligível) alguma coisa? Fico triste só de pensar.

Meu nome é Danilo de Moura Ferians, tenho dez anos de idade e moro num bairro Colonia, no distrito de Parelheiros. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki – PT) – Obrigado, Danilo, que deu uma aula para nós aqui. Encerramos as falas com chave de ouro.

Pergunto aos Srs. Subprefeitos se querem fazer uso da palavra. (Pausa)

O SR. _____ - Boa noite a todos, meus amigos, boa noite Vereador Nabil Bonduki.

É com grande satisfação estarmos reiniciando essa 2ª etapa da discussão do Plano Diretor. Vai haver um enfoque muito grande e a minha região parece que predomina, pois o pessoal está todo a vapor.

Tem a discussão da agricultura que é algo que, de bom grado, está abrindo agora, novamente, com a criação da Casa da Agricultura. Poderíamos, então, ter um avanço muito grande dessa conquista para nós.

Pessoal de Parelheiros e os demais estão de parabéns. Continuem assim mesmo. É assim que vamos conseguir no nosso maior objetivo (ininteligível). Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Vou aproveitar os últimos minutos para dar algumas respostas, talvez, ver se alguns dos técnicos pode ajudar nos pontos que, talvez, não tenham ficado tão claros.

Quero dizer que foi uma audiência pública muito importante. Ela teve algo especial, na fala do Danilo, no final.

Quero dizer que, em relação a esses aspectos – ambientais – principalmente, no que diz respeito à zona Sul, Parelheiros, acho que tudo bem trabalhado e tem dado as respostas que a sociedade tem como expectativas.

Tenho muito claro que há aspectos a serem analisados muito além do Plano Diretor. É claro que o Plano Diretor aponta o caminho para o que deve ser a região. E a região deve ser um pouco o que aponta – o Gerson falou algo assim – para, a partir do desenvolvimento da própria região, os seus potenciais que podem se desenvolver. Acho que é esse pedido que está colocado.

A questão do aeroporto tem de ser feita, mas ela não enfoca, mas ela vem, e eu quero chamar a atenção para o seguinte: quem vai trabalhar no aeroporto; qual o perfil; é compatível com as características da população que vive lá; portanto são questões que também têm de ser consideradas, podem ser consideradas problema ambiental.

Mas se gera emprego, então, algo é positivo. Gerar emprego é bom, mas não quer dizer que a gente vai admitir qualquer atividade em qualquer lugar só porque ela gera emprego. Esse é um aspecto importante, mas não é decisivo.

Quero chamar a atenção ainda para o fato de que não deveríamos pedir a intervenção, pois tantos falaram que são a favor da ZER, como dos corredores, eu acho que temos uma produção mais comum. A proposta do Plano Diretor, no substitutivo, deixa muito claro que é reconhecer o papel que as ZER têm na Cidade. Elas desempenham um papel fundamental e importante. O impacto ambiental está claro e em nenhum momento o Plano Diretor está alterando isso.

Agora, a discussão de como deve se dar atividades não residenciais nos corredores pode ser feita durante o debate da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Nós temos muitos corredores, por exemplo, (ininteligível) que não têm comércio. No meu ponto de vista isso está em desacordo com uma questão que estamos querendo trabalhar na proposta de cidades que é poder ter atividades de comércio não residenciais próximas das estações, para que as pessoas não precisem se deslocar utilizando carro.

Então, eu acredito que, em corredores, em ZER, atividades, principalmente, de comércio legal, elas devem ser admitidas. (ininteligível) É uma discussão para a Lei de Uso e Ocupação do Solo que vai definir que tipo de atividades podem ser estabelecidas em corredores.

Queria dizer que cada região vai fazer a discussão com suas especificidades. É por isso que a Lei de Uso e Ocupação do Solo – lei que será feita a partir do Plano Diretor – ela vai estabelecer as condições específicas de cada bairro e de cada região.

Então acho que essa questão poderia estar pacificada, pois isso seria impotente. Afinal, existe – independente de como o texto está colocado – o claro objetivo de manter as características paisagísticas ambientais das ZER como um valor importante dentro da Cidade.

Eu queria destacar também sobre os corredores. A questão da Sabará já está equacionada do ponto de vista da proteção do atual alinhamento. Porque o projeto de mudança do alinhamento da Sabará já foi retirado do projeto específico alinhamento. O Plano Diretor não está tratando de novos alinhamentos para o local, para qualquer corredor que esteja previsto.

Só está estabelecendo quais são os corredores de ônibus da (Ininteligível) Cidade, corredores estruturados. A Sabará (Ininteligível) para o Movimento Sabará, é possível ter um corredor de ônibus para a Sabará sem nenhuma mudança de alinhamento. Porque isso não significa em alterar o entorno dele. Agora, é uma discussão que certamente nós poderemos fazer.

Eu inclusive hoje estive, depois da audiência pública e antes dessa, eu passei na

Sabará e passei na zona Sul, porque tinha essa audiência e queria olhar a situação ali, acho que a questão da circulação da rede de transporte coletivo da Cidade é muito importante.

Nós temos que ver todas as áreas da Cidade próximas a um sistema estrutural de transporte coletivo. Porque isso viabiliza para quem utiliza o transporte coletivo. É claro que tem que melhorar a qualidade.

Quando alguém falou aqui (Ininteligível) que ficou quatro horas para se deslocar, eu acho que essa é uma decisão que temos que superar na Cidade, para poder funcionar, poder se deslocar (Ininteligível) e aí ter uma rede estrutural é muito importante.

Eu queria dizer o seguinte, em relação à questão do emprego, Claudio (Ininteligível). O atual Plano Diretor não está alterando nenhuma Zona Predominantemente Industrial. Elas continuam valendo, está certo? Quem vai eventualmente discutir isso, vai ser a Lei de Uso e Ocupação de Solo.

Como em 2002 e 2004 também aconteceu essa mesma situação. Podemos até discutir isso. O que está colocado hoje como diretriz para Uso e Ocupação de Solo é a criação de Zona de Desenvolvimento Econômico, ZD, então não teria, mais a ZPIs teremos as ZEDs.

Nós poderíamos incluir nas ZEDs, dentro delas, duas categorias: uma categoria industrial e uma categoria não industrial. Não está estabelecido na diretriz, mas isso poderá se discutir no zoneamento. Por que se estabeleceu isso? Porque hoje os limites do que é indústria, do que é serviço e que tipo de indústria é, são limites dos mesmos princípios de antigamente.

Agora, eu concordo porque vamos ter ZDs, ou precisamos de ZPI? Para que indique que haja o uso residencial, vertical, dessas regiões, para poder então fazer com que elas sejam mantidas como áreas de geração de empregos, o (Ininteligível) falou alguma coisa a respeito.

A Mooca e Vila Carioca, nós retiramos - o substitutivo que foi feito pelo meu gabinete, por mim pela Comissão de Política Urbana - todos os eixos de estruturação de

transformação das áreas que são de as áreas de (Ininteligível) metropolitana, onde está a Mooca e Vila Carioca, (Ininteligível), a Vila Leopoldina e a Jurubatuba, que são áreas (Ininteligível) residenciais.

Tiramos porque nós entendemos que tem que ter um plano específico que concilie as particularidades.

Para vocês terem uma ideia da importância disso, no (ininteligível) em Vila Carioca, no entorno das estações de trem, seriam permitidos usos residenciais de coeficiente 04, e exatamente a zona industrial da Mooca - Vila Carioca. E foi retirado do substitutivo.

Agora, isso vai ser remetido à discussão da Operação Urbana Mooca - Vila Carioca, onde aquela questão é global. Então, eu já conheço, dos estudos da Operação Urbana Mooca – Vila Carioca, se preserva a zona industrial da região do Ipiranga e da Mooca. Mas isso é uma discussão que será feita numa lei específica, em seguida à formação do Plano Diretor, que é da Operação Urbana Mooca – Vila Carioca.

Todas as questões que foram levantadas sobre zona rural já estão amplamente contempladas no projeto. E (ininteligível) apresentou aqui, (ininteligível) as questões de categoria de uso na região. Isso precisa ser detalhado um pouco melhor, embora a lei de uso e ocupação do solo que definirá essas regras com mais precisão.

De qualquer maneira, é importante a gente diferenciar claramente o que é uma chácara para uso rural, se é para uso não só rural, mas também (ininteligível) de parcelamento urbano. Essa diferenciação tem que ficar muito clara para evitar desvirtuar essa questão.

E a última coisa que eu queria falar é sobre título de dívida pública. Acho que foi falado aqui. Na verdade, não é título de dívida pública para qualquer situação, isso está na Constituição de 88, está no Estatuto da Cidade e está autorizado no Plano Diretor para as áreas que não mudam (ininteligível), então, áreas vazias, ociosas, que passam por três momentos: No primeiro momento, a Prefeitura vai notificar o proprietário de uma área vazia, inutilizada, que terá um ano para apresentar projeto e limpar aquela área.

Depois de um ano, caso ele não apresente o projeto, ele será submetido a algo chamado imposto sobre (ininteligível), ou seja, a alíquota do imposto dele vai dobrar a cada ano para forçar que ele ocupe a área.

Finalmente, se nem com isso ele ocupar a área, ele será desapropriado, caso haja interesse da Prefeitura, porque pode haver situações em que a Prefeitura não tenha interesse, então, continua cobrando a alíquota máxima de 15% de imposto progressivo.

Caso ela tenha interesse, ela desapropria e paga, em título de dívida pública, resgatado em três anos, ou seja, é uma punição para aquele proprietário que mantém uma terra ou prédio inutilizado, porque há muitos prédios vazios no Centro, há vários e vários anos ociosos, vazios. E o programa, o PL, (ininteligível) para não perdê-lo, ao mesmo tempo, não dá (ininteligível) social. Então, é para isso que esse instrumento existe e deve ser utilizado.

Tem algumas leituras que foram (ininteligível) aqui que podem até ser colocadas como diretriz do Plano Diretor, mas elas devem ser feitas no processo de gestão da Cidade. Então, não é questão de calçadas, é uma questão de que (ininteligível) de legislação para fazer aquilo que... Agora precisa ser feito, a Prefeitura (ininteligível) ali nós vamos ter... (ininteligível) E eu quero chamar a atenção porque estamos (ininteligível) bem.

Nós estamos, com a Prefeitura, dando muitas incumbências para a Subprefeitura, as Subprefeituras, a Secretaria de Desenvolvimento, a todas as Secretarias. E as Secretarias e a Prefeitura estão muito desaparelhadas para fazer aquilo que tem que ser feito, tem várias coisas que têm de ser feitas, inclusive a questão da (ininteligível) zona rural. O Plano de Desenvolvimento Rural.

As retificadoras – de que o Ernesto falou aqui – e o estudo que vai ser discutido (ininteligível), mas para fazer isso andar precisa ter capacidade de gestão, execução, e nossa Prefeitura está muito pouco aparelhada. Há muita gente se aposentando, muitos funcionários que poderiam estar prestando serviços, mas não podem, e as incumbências da Prefeitura aumentam muito. Então estamos nessa situação.

Acredito que levantei as principais questões. A Siléa fez uma apresentação muito linda. A gente usou, realmente, todos (ininteligível) culturais da Cidade. Ela tem de ter alma e a alma dela é dada pela Cultura. Ela é importante na geração de empregos, os aspectos (ininteligível), o comércio, a habitação, principalmente com tanta gente que precisa, hoje, de moradia. Inclusive, está previsto um programa social de habitação (ininteligível). (Palmas)

O aspecto cultural não podemos deixar de fora do Plano Diretor, por isso, estamos tratando e precisamos, até, aprofundar um pouco mais. (ininteligível) da relação entre Cultura e Cidade, talvez um Plano Municipal de Cultura (ininteligível) que precisamos garantir essa troca.

Então é isso, gostaria de encerrar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki – PT) – Vou deixar você falar, um minuto, antes de concluir.

O SR. _____ - É em relação às calçadas. É obrigação do cidadão fazer sua calçada, mas ninguém tem a técnica (ininteligível), não sabe como fazer.

Então assim: a Prefeitura deve se responsabilizar, além de ter como fazer e, assim, garantir a acessibilidade das pessoas. Pelo menos (ininteligível).

É importante que a Prefeitura faça e, daí, onere o cidadão. Se o cidadão (ininteligível), daí é problema dele, mas – digamos assim – a parte técnica (ininteligível) para ser uma das primeiras do mundo. (ininteligível)

A segunda questão (ininteligível). Então, por favor, altere aquele Artigo 3 para que tenhamos a garantia que poderemos discutir isso na Lei de Parcelamento e Uso do Solo.

(ininteligível), isso é importante, (ininteligível) tem direito de discutir.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki – PT) – Eu concordo com você, mas vou dizer o seguinte: acho que o projeto (ininteligível). Hoje a Prefeitura e até as Subprefeituras têm capacidade pequena até para cuidar do que está cuidando, ou seja, praças, buracos da rua etc.

Concordo que podemos encaminhar para poder ver essa capacidade toda.

Hoje, a nossa legislação já estabelece a rota prioritária, que são, mais ou menos, seis quilômetros de calçadas e já é prioridade do Poder Público. São as principais ruas, as principais rotas da Cidade.

Só que teremos de ir passo a passo para poder dar conta de um território tão grande, com tantos problemas e enfrentar essa questão.

Muito obrigado pela presença de todos, obrigado pelas contribuições, contamos com vocês nas próximas audiências.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
